

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, QUE  
ENTRE SI FAZEM AS PARTES ABAIXO NOMEADAS E  
QUALIFICADAS, CONFORME AS SEGUINTE CLÁUSULAS.**

**EMPRESA 1 - HOMINUS GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, com nome fantasia **"GT1 TECNOLOGIA"**, com sede na Avenida Transbrasiliana, quadra 198, lote 09, numero 1186, setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CEP n.º 74.820-065, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.188.158/0001-49, Nire nº 5220279448-5, representada neste ato por seus Sócios Administradores Sr. **MARCELO DE ARAÚJO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 21/09/1972, portador da cédula de identidade RD n.º 3717-CRA-GO/TO, e do CPF/MF n.º 585.921.131-72, residente e domiciliado na Rua Maria Cardoso – Quadra 119 – Lote 08 – Parque Amazônia, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP n.º 74.843-080, e **MARCELO BARROSO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, analista de sistemas, nascido em 20/12/1970, portador da cédula de identidade 2.350.603 SSP/GO e do CPF/MF n.º 549.581.721-49, residente e domiciliado na Rua das Copaibas, Qd. 27, Lt. 12, Jardins Valência, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.885-832, doravante designada simplesmente **GT1 TECNOLOGIA**.

**EMPRESA 2 - EMPRESA DE MEIO AMBIENTE DO BRASIL LTDA.**, com o nome fantasia **"EMAB"** com sede na SHCN CL Quadra 107 Bloco B Nº 51 Sala 105, Asa Norte, CEP: 70.743-520, Brasília - DF, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.829.865/0001-28, Nire 5320191583-2, representada neste ato por seu Sócio e Administrador Sr. **EDISON MILESKE**, brasileiro, separado, engenheiro florestal, nascido em 27/06/1940, portador da cédula de identidade RG n.º 1001221058 SSP-RS, e do CPF/MF n.º 163.881.270-53, residente e domiciliado na SQN 209 Bloco F – Apto. 406 – Asa Norte, na cidade de Brasília – DF, CEP n.º 70.854-060, doravante designada simplesmente **EMAB**.

Denominadas em conjunto **"PARTES"**, individualmente **"PARTE"**, têm entre si ajustado, mediante o presente documento, um **COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**, doravante denominado **"CONSÓRCIO ENERGIA BRASIL"**, o qual será regido pelas cláusulas a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Consórcio visa o atendimento conjunto às determinações do edital de Pregão Eletrônico nº 0041/15, realizado pelo INEMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, cujo objeto é a Prestação de Serviços para Realização do Cadastro Ambiental Rural - CAR de imóveis rurais do Estado da Bahia destinado a constituir a política de regularização ambiental.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO E DE SUA SEDE**

O **CONSÓRCIO** não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta daquela que seus membros constituintes, e terá denominação de **CONSÓRCIO GT1 - EMAB BA**.

O **CONSÓRCIO** atenderá a legislação brasileira em vigor, particularmente os artigos 278 e 279, da lei 6.401 de 15 de dezembro de 1976 (Leis das sociedades Anônimas), mediante arquivamento deste contrato na repartição competente de Registro do Comércio.

O **CONSÓRCIO** providenciará, ainda, a sua inscrição em todas as repartições e autarquias Federais, Estaduais e Municipais, necessárias ao seu regular funcionamento.

O **CONSÓRCIO** terá a sua sede e domicílio no endereço: Avenida Transbrasiliana, quadra 198, lote 09, numero 1186, setor Pedro Ludovico, Cep – 74.820-065, Goiânia-GO, podendo manter escritórios de apoio em outras localidades, caso necessário para perfeita execução dos serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

O **CONSÓRCIO** terá um prazo de duração de 750 (setecentos e cinquenta) dias consecutivos, a partir da data de assinatura do contrato referente ao edital do pregão eletrônico 0041/15, observando-se eventuais prorrogações que se façam necessárias.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA EMPRESA LÍDER**

A liderança do **CONSÓRCIO** será exercida pela **EMPRESA 1 - HOMINUS GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**, constituindo-se como única representante perante o INEMA, que será a responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PARTICIPAÇÃO E ESCOPO DAS CONSORCIADAS**

As **CONSORCIADAS**, através do **CONSÓRCIO**, realizarão os serviços e fornecimentos necessários à completa execução do objeto deste Contrato, participando nos lucros e perdas, nos recebimentos e aportes dos recursos financeiros necessários, dos tributos e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços e as obras objeto deste instrumento, bem como todas as demais despesas e desembolsos, quando for de responsabilidade destas, obedecida a proporção de suas respectivas participações no escopo sintético a seguir, e detalhado na Planilha de Preços Unitários integrante da Proposta Consolidada.

**EMPRESA 1 – 90% (noventa por cento)**

**EMPRESA 2 – 10% (dez por cento)**

As receitas auferidas e as despesas incorridas na execução dos serviços consorciais por cada PARTE são imputadas integralmente à PARTE que os executar, isto é, cada PARTE terá o direito às receitas auferidas com serviços consorciais executados por ela própria, assim como cada PARTE arcará com as despesas incorridas nos serviços consorciais executados por ela própria.

Todos os serviços serão divididos entre as PARTES conforme forem sendo requeridos para o desenvolvimento do contrato com a CONTRATANTE e a de forma que cada PARTE atue em todos os tipos de serviços na proporção de sua participação na composição do **CONSÓRCIO**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO**

As **CONSORCIADAS** assumirão responsabilidades conjunta e solidária pelas obrigações assumidas perante a **CONTRATANTE** e terceiros em função do **CONSÓRCIO**, sejam elas de que naturezas forem na proporção de suas participações.

Cada **CONSORCIADA** será responsável perante a outra pelos prejuízos e danos a que der causa, em virtude do não cumprimento de obrigações decorrentes deste Contrato e que sejam de sua responsabilidade, cabendo a parte prejudicada notificara quem deu causa por meio de fax, email, A.R. e outras formas de correspondências.

Cada **CONSORCIADA** será responsável e arcará com o pagamento de todos os tributos, impostos, taxas e contribuições atribuíveis ao seu escopo de trabalho que não forem de competência direta do **CONSÓRCIO** e prestará, assim, todas as declarações e realizará todos os registros e recolhimentos exigidos pela legislação aplicável, de modo a cumprir com todas as obrigações perante as autoridades fiscais.

Cada **CONSORCIADA** se compromete a cumprir integralmente o Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com a participação proporcional de cada uma das **CONSORCIADAS**.

Cada **CONSORCIADA** se compromete a responder solidariamente pelo cumprimento do contrato sem prejuízo de a atividade consorcia ser executada por cada PARTE isoladamente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPRESENTAÇÃO:**

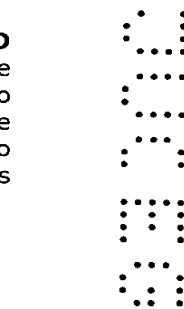
O **CONSÓRCIO** nomeia, neste ato, o Sr. **MARCELO DE ARAÚJO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RD n.º 3717-CRA-GO/TO, e do CPF/MF n.º 585.921.131-72, residente e domiciliado na Rua Maria Cardoso – Quadra 119 – Lote 08 – Parque Amazônia, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP n.º 74.843-080, como Representante Legal do Consórcio, com poderes bastantes para assinar documentos e firmar compromissos em nome do **CONSÓRCIO**, inclusive nomear procuradores ou representantes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO:**

O **CONSÓRCIO** será administrado por um Conselho, presidido pelo Conselheiro indicado pela Empresa 1 e composta por 1 (um) outro conselheiro, cabendo a cada **CONSORCIADA** a indicação de um membro efetivo e um suplente.

Em todas as deliberações, buscar-se-á o consenso entre as partes.

Para cada reunião do Conselho será lavrada uma Ata da qual constarão assuntos abordados e as decisões tomadas.



**CLÁUSULA NONA – EXERCÍCIO SOCIAL:**

O **CONSÓRCIO** não se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros e apenas para efeito de sua identificação usará a designação "**CONSÓRCIO GT1 - EMAB BA**"

As **CONSORCIADAS** responderão solidariamente pelos SERVIÇOS perante a **CONTRATANTE**, e no relacionamento entre si não haverá presunção de solidariedade, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do artigo 278, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, respondendo cada **CONSORCIADA** por suas obrigações, na forma das condições ajustadas neste **Contrato de Constituição do Consórcio**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – CONFIDENCIALIDADE:**

As **CONSORCIADAS** se comprometem a manter absoluta confidencialidade com relação aos documentos, desenhos e informações recebidas de outra parte, utilizando-os com a finalidade única e exclusiva de cumprir os objetivos do contrato de prestação de serviços celebrado com a **CONTRATANTE**.

De Igual forma as **CONSORCIADAS** se comprometem a não divulgar as técnicas construtivas, métodos, procedimentos, normas, esquemas de planejamento, processos, etc, reservando-se assim, a cada **CONSORCIADA**, o direito de receber eventuais perdas e danos, inclusive "royalties" e lucros cessantes, oriundos de uso indevido de técnicas da outra **CONSORCIADA** exceto para levar a cabo o objeto do contrato de prestação de serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE**

O presente instrumento é pactuado com as cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade, vigorando até a completa execução das obras e serviços do contrato de prestação de serviços firmado com a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXCLUSIVIDADE**

Fica avençado que nenhum outro participante poderá ser admitido neste Contrato, sem a concordância expressa das **CONSORCIADAS**, sendo certo, ainda que o **CONSÓRCIO** não poderá ter a sua composição alterada até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de prestação de serviços celebrado com a **CONTRATANTE**.

Nenhuma das **CONSORCIADAS** poderá ceder para terceiros quaisquer dos seus respectivos direitos e/ou obrigações decorrentes do contrato de prestação de serviços celebrado com a CONTRATANTE, sendo vedada, inclusive, o empréstimo, a subrogação, a alienação ou qualquer outra forma de repasse para terceiros de direitos e/ou obrigações deles oriundos, e a sua oferta em garantia de obrigações, de empréstimos ou de outras operações bancárias e financeiras.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO DESTE INSTRUMENTO**

Este instrumento poderá ser revisto a qualquer tempo por decisão do conselho, quando então será celebrado o competente termo de aditamento a este contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÕES**

Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, o Administrador do Consórcio declara, sob as penas de Lei, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-lo de exercer a administração do Consórcio.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONTABILIDADE E FATURAMENTO**

A Contabilidade do Consórcio será realizada em conformidade com o que estabelece a NBC T 10.20 - Consórcio de Empresas, estabelecida pela resolução CFC nº 1.053/05, de 07 de Outubro de 2005 e com instrução Normativa da RFB nº 834, de 28 de março de 2008, que será executada por um contador nomeado em ato posterior pelo conselho do consórcio.

Ao final de cada mês, as empresas consorciadas enviarão à empresa 1, as informações acerca de suas despesas e custos referentes à sua participação no **CONSÓRCIO**, sendo estas acompanhadas de sua respectivas documentações comprobatórias de modo a possibilitar à empresa 1 o registro contábil das operações do **CONSÓRCIO**.

Será reservado o percentual de 1% sobre os recebimentos de cada parcela do faturamento do consórcio que deverá ser depositada em conta específica, para cobrir possíveis despesas de contingências trabalhistas entre outras, em que será escolhido pelo conselho o melhor fundo de aplicação. O valor deverá ser mantido até dois anos após as rescisões dos contratos de prestação de prestação de serviços com seus profissionais contratados.

Se caso uma das Consorciadas venha a ter mais despesas do que os demais, deverá ser remunerada para tanto.



Cada parte deverá faturar os fornecimentos e serviços diretamente contra a **CONTRATANTE**, na proporção de suas participações na execução dos serviços, e de acordo com o item 5.1. As **CONSORCIADAS** deverão encaminhar os respectivos documentos de cobrança à sede do **CONSÓRCIO**, a qual se encarregará de remeter ao **CLIENTE** o conjunto das Notas Fiscais/Faturas de Serviços de todas as **PARTES**. Para o recebimento dos recursos faturados pelas consorciadas será utilizado uma conta corrente em nome do consórcio, na qual serão pagas todas as despesas inerentes ao objeto do contrato.

Será feita previsão de desembolso detalhado com vistas a uma programação mensal das despesas efetuadas que deverão estar previstas no orçamento e plano de trabalho, que deverão ser aprovados pelo conselho diretivo em que o acompanhamento de resultados será centralizado na contabilidade e controladoria do consórcio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO**

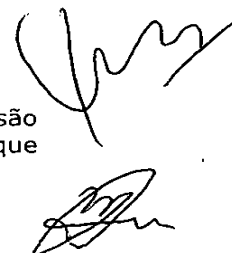
A eventual tolerância para com qualquer das partes **PARTES** que se tornarem inadimplentes perante o **CONSÓRCIO**, a **CONTRATANTE** e/ou terceiros, com relação ao exercício de um ou mais direitos, obrigações e prerrogativas previstas no contrato firmado com a **CONTRATANTE** e neste Instrumento de Constituição do Consórcio, não importará em novação ou alteração contratual, nem impedirá as outras partes de exercerem, em qualquer tempo, todos os seus direitos e prerrogativas decorrentes daqueles documentos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

Os assuntos não definidos neste instrumento serão objetos de decisões em comum acordo pelas **PARTES**. O contrato de prestação de serviços firmado entre o **CONSÓRCIO** e a **CONTRATANTE** será sempre fonte subsidiária na busca de soluções para pontos omissos ou não definidos neste instrumento. Em caso de conflitos entre este instrumento e aquele contrato, prevalecerão, para a solução do impasse, as regras e condições que as **PARTES** se submetam nos termos do contrato de prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Elege-se o foro da Comarca de Goiânia – GO para a execução da decisão arbitral, renunciando-se expressamente a qualquer outro por mais privilegiada que seja.



Aparecida de Goiânia/GO, 15 de Novembro 2015.

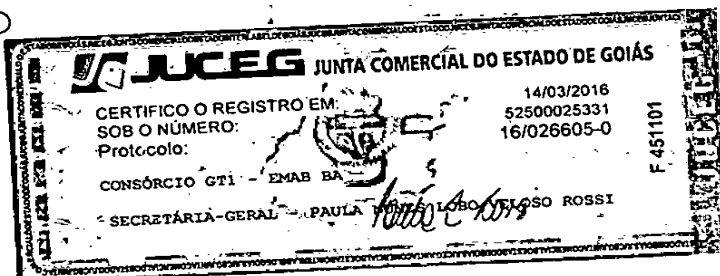
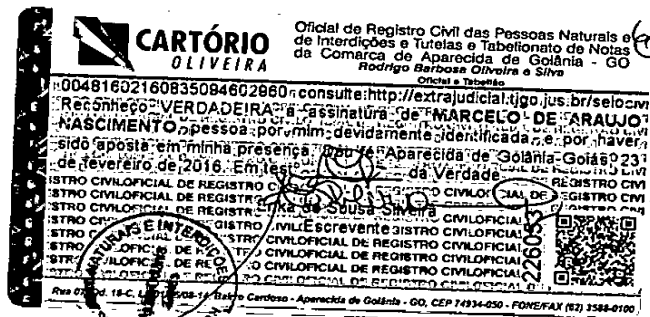
**EMPRESA DE MEIO AMBIENTE DO BRASIL LTDA. - "EMAB".**  
EDISON MILESKI  
CPF/MF n.º 163.881.270-53

Marco Aurélio S. da S.  
MARCO AURÉLIO SANTOS DA SILVA  
CPF/MF n.º 876.854.771-49

**DYÊGO CORREIA TRISTÃO**  
CPF/MF n.º 032.959.511-36

**Visto do advogado:**

**Arthur Ribeiro Barrero**  
OAB-GO: 36.924



Pág 8 de 9

EM BRANCO

40. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERREO  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 3326-5234

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE  
a(s) firma(s) de:  
[0284805]-EDISON MILESKI.....

Em testemunho da verdade.  
BRASÍLIA, 19 de Fevereiro de 2016  
Selo: TJMT2016090186930SCA  
Disponível no site [www.tjmt.jus.br](http://www.tjmt.jus.br)

007-LUIZ SOARES FEITOSA  
ESCRIVENTE AUTORIZADO

KDOS hora de impressão: 16/18:11

Certifico que este documento da empresa CONSÓRCIO GT1 - EMAB BA, Nire: 52 50002533-1, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 16/026605-0 e o código de segurança XG313. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2016 10:46:06 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.